

Orçamento terá mais Cz\$ 3,74 trilhões

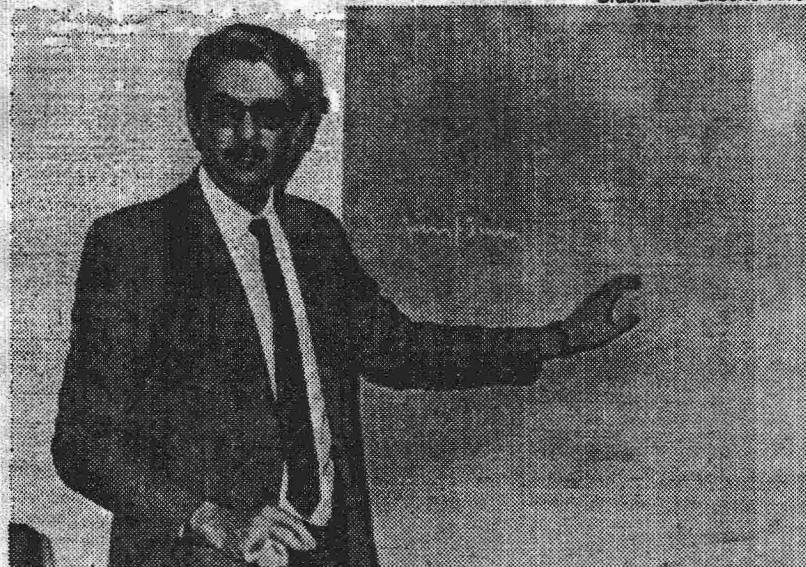
Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — O orçamento da União será aumentado ainda em julho, com a suplementação de Cz\$ 3 trilhões 739 bilhões, que pela primeira vez será feita por decreto-lei. O governo congelou as verbas de dezenas de programas incluídos entre os encargos gerais da União, como o de apoio à população urbana carente, ao pequeno produtor do Centro-Oeste, e o reaparelhamento das FORÇAS ARMADAS, mas aumentou as transferências do orçamento da União aos Ministérios dos Transportes e da Ciência e Tecnologia e à Secretaria da Receita Federal.

O secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, José Ribas Neto, esquivou-se de confirmar declarações à imprensa do secretário de Programação Financeira e Orçamento, Paulo Sérgio Passos, de que a Ferrovia Norte-Sul terá sua dotação, de Cz\$ 8 bilhões, reajustada para Cz\$ 31 bilhões 600 milhões (um aumento de 295%). Ele alegou não ter ainda analisado a reprogramação dos ministérios. O Ministério dos Transportes, um dos últimos a entregar sua reprogramação à Seplan, montou uma operação contábil que lhe permitiu lançar mão para seus programas de Cz\$ 67 bilhões, originalmente destinados pela União a pagar uma parcela da dívida da Sunaman.

O orçamento da União, reprogramado, de Cz\$ 4 trilhões 545 bilhões para Cz\$ 8 trilhões 284 bilhões, sofreu uma profunda alteração: em lugar de incluir uma estimativa de inflação para o cálculo das despesas e receitas, o orçamento foi fixado sem previsão de inflação após junho, a partir de julho, as dotações do orçamento serão reajustadas periodicamente, de acordo com a evolução da economia.

A dotação para pessoal será reajustada pela URP; as despesas para pagamento da dívida interna e externa serão corrigidas, respectivamente, de acordo com a OTN e a taxa do câmbio (dólar); e as despesas para custeio e investimento do governo terão reajuste equivalente ao IPC ou, se houver queda na receita, de



Ribas Neto: reserva para custos da dívida externa

acordo com a variação das receitas da União.

A impossibilidade de o Congresso Constituinte analisar a mudança no Orçamento a tempo para sua aplicação este ano (muitos ministérios já estão com suas verbas esgotadas), foi a justificativa da Seplan para impor a mudança orçamentária por Decreto-Lei — e não por Lei de Excessos, como é tradicional. Em agosto, o orçamento de 1989, seguindo a mesma sistemática — de correção automática das dotações —, será enviado ao Congresso, por lei, para votação. A correção do orçamento foi necessária já que ele embutia uma estimativa de 120% de inflação, enquanto que, só de janeiro a maio, os preços cresceram 124%.

Dívida Externa — Com a nova sistemática de correção automática das dotações orçamentárias, não haverá recursos, segundo Ribas Neto, para contratações adicionais de pessoal; a reserva de contingência do orçamento, habitualmente usada para cobrir despesas imprevisíveis com salários e encargos de funcio-

nários, não mais precisará ser usada para esse fim. Além de atender a despesas inesperadas, como catástrofes, a reserva será usada para cobrir um eventual aumento do custo da dívida externa. Isso será necessário porque, ao reajustar as dotações para pagamento da dívida de acordo com a variação do câmbio com o dólar, o orçamento não cobre um possível aumento da taxa de juros, ou um aumento do custo da dívida contratada em outras moedas (no caso de uma desvalorização do dólar frente ao iene, por exemplo).

Pelo Decreto-Lei anunciado ontem, o governo passará a contar com mais aproximadamente Cz\$ 793 bilhões para pagar pessoal e encargos sociais; Cz\$ 22 bilhões para contrapartidas de empréstimos externos ("damos muita importância a isso, porque queremos mais crédito no exterior", comentou Ribas); Cz\$ 222 bilhões para pagamento da dívida externa e Cz\$ 450 bilhões para a dívida interna e cerca de Cz\$ 1 trilhão 519 bilhões para pagamento de pessoal e encargos sociais.